

# AVANÇOS E DESAFIOS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) NA AMAZÔNIA BRASILEIRA, COM ÊNFASE NO ESTADO DO PARÁ

## ADVANCES AND CHALLENGES IN THE IMPLEMENTATION AND MANAGEMENT PROCESS OF THE DIRECT MONEY TO SCHOOL PROGRAM (PDDE) IN THE BRAZILIAN AMAZON, WITH AN EMPHASIS ON THE STATE OF PARÁ

Marineide Gomes Ribeiro<sup>1</sup>  
Raynon Joel Monteiro-Alves<sup>2</sup>  
Yvens Ely Martins Cordeiro<sup>3</sup>

Área Temática 2: Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos

Modalidade: Resumo expandido

### 1. Introdução

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consiste em um programa de financiamento para a educação básica, implementado em 1995 e com vigência até os dias atuais, que visa simplificar a transferência das verbas do governo federal para a manutenção de infraestrutura escolar e pedagógica das unidades públicas de ensino do Brasil (Jannuzzi; Ferreira; Ferrarezi, 2024). Além disso, existem as Ações Integradas do PDDE, como PDDE Estrutura e PDDE Qualidade, que tem como objetivo ampliar o alcance do referido programa a partir de demandas específicas, direcionando recursos para atendê-las, e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica (Silva *et al.*, 2022).

Apesar de muitos avanços no âmbito das políticas públicas para a educação, Mafassioli (2015) apontou que existe a necessidade de ampliação dos volumes dos recursos financeiros do PDDE, pois esses valores ainda são escassos e não atendem as reais necessidades das escolas da educação básica nas diferentes regiões do Brasil. Na prática, a real implementação e gestão do PDDE é um desafio para as escolas brasileiras, sobretudo, para as instituições que estão localizadas na zona rural, em especial, no contexto da Amazônia brasileira, devido à grande extensão territorial e do sistema de ensino que apresenta problemas infraestruturais, pedagógicos e políticos.

<sup>1</sup> Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba; e-mail: [ribeiro.marineide@hotmail.com](mailto:ribeiro.marineide@hotmail.com)

<sup>2</sup> Secretaria de Estado de Educação do Pará; e-mail: [raynon\\_alves@yahoo.com.br](mailto:raynon_alves@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Universidade Federal do Pará; e-mail: [yemcordeiro@ufpa.br](mailto:yemcordeiro@ufpa.br)

Desta forma, as dificuldades na implementação e na gestão do PDDE estão relacionadas à ausência de Conselhos Escolares (Unidades Executoras - UEx) ou inadimplência desses conselhos, que, na região Norte, ocorre por falta de prestações de contas e ausência de articulação da comunidade escolar para executar os recursos (Arantes, 2019), além da falta de informação. Não obstante disso, o estado do Pará, apesar de ser um dos maiores beneficiários do PDDE e de suas Ações integradas, ainda contribui significativamente para índices baixo ou muito baixo de desempenho do programa na região Norte, colaborando para as desigualdades socioeducacionais entre as regiões do Brasil (Arantes, 2019; Vasconcelos; Franck, 2022).

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo analisar avanços e desafios sobre o PDDE no contexto da região Norte do Brasil, a fim de evidenciar aspectos positivos e negativos relacionados a essa política educacional na Amazônia brasileira.

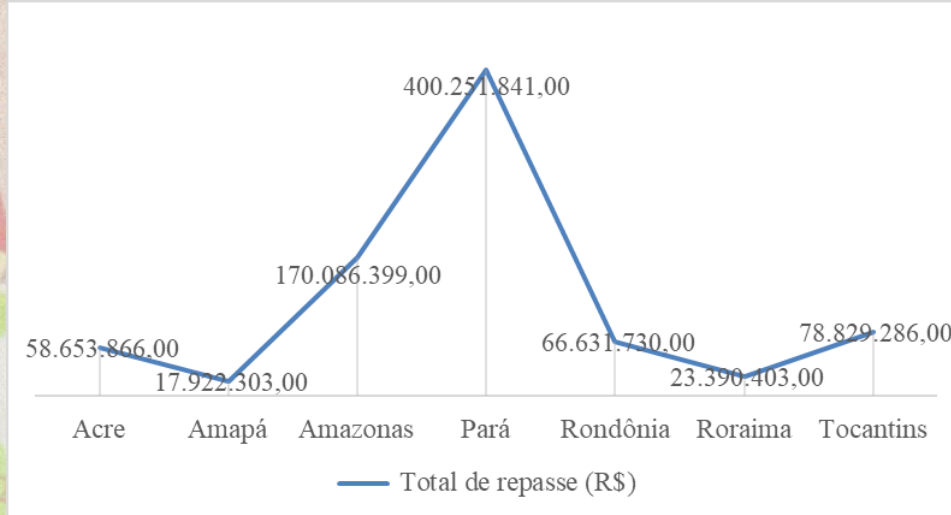
## 2. Metodologia

Esta pesquisa teve abordagem documental, visto que os procedimentos metodológicos consistiram na análise de bancos de dados disponibilizados em domínio público. Desta forma, os dados foram obtidos em plataformas de consultas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): Painel Repasses PDDE e Relação de Unidades Executoras atendidas pelo PDDE (PDDEREx), considerando o período de 2019 a 2022. Assim, os dados foram analisados de forma qualitativa, buscando extrair informações sobre o total de repasses financeiros para os estados da região Norte, durante o período supracitado, assim como o número de escolas e de Conselhos Escolares existentes, em 2022. Estes dados foram representados em forma de gráfico e quadro para melhor compreensão da dinâmica em questão.

## 3. Resultados/Discussões

Em relação ao repasse dos recursos do PDDE para as escolas da região Norte do Brasil, do período de 2019 a 2022, observou-se que o Pará foi o mais contemplado com este programa, com um valor discrepante de R\$ 400.251.841,00 (quatrocentos milhões e duzentos e cinquenta e um mil e oitocentos e quarenta e um reais) em relação aos demais estados nortistas (Figura 1). Isto pode ser em razão do grande quantitativo de escolas e municípios do estado do Pará que passaram a implementar e a usufruir dos benefícios do PDDE.

Figura 1 – Total de recursos financeiros repassados para as escolas da região Norte, entre 2019 e 2022.



Fonte: Dados da pesquisa.

Neste contexto, especialmente, no caso do Pará, esses dados indicam a consistência no crescimento dos recursos do PDDE na região Norte do Brasil, consolidando-o como uma política educacional fundamental para as escolas da Amazônia brasileira. Este fato pode ser, em grande parte, graças à importante atuação do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE Norte) junto a 15.682 UEx, que, em 2019, foram analisadas pelo Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do Programa Dinheiro Direto na Escola (IdeGES) (Cordeiro; Tavares; Nascimento, 2023). Ainda de acordo com esses autores, o Pará concentrou quase metade desse total de UEx (47,76%), em 2019, enquanto em 2020, este estado ainda manteve a sua posição, tendo apenas uma leve queda nos dados relativos (passando para 47,74%).

Positivamente, o PDDE permite com que as escolas tenham recursos para a aquisição de bens e contratação de serviços, além de possibilitar o desenvolvimento de uma gestão democrática. Sobre isso, Dias, Nascimento e Souza (2023) evidenciaram que, na região Norte, o PDDE consiste em um programa fundamental para as escolas da rede municipal de ensino, devido ao repasse de recursos financeiros, de origem federal, o qual é utilizado para a compra de bens e serviços que impactam diretamente no desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas das escolas, além de fortalecer a gestão democrática por meio de UEx, que é responsável pela adesão, execução dos recursos e a prestação de contas.

Como um dos desafios do processo de implementação e de gestão do PDDE na Amazônia brasileira, destaca-se a constituição da UEx. Neste viés, considerando o Quadro 1, pode-se observar que, apesar de o Pará se destacar, entre os demais estados nortistas, com um dos maiores percentuais de Conselhos Escolares existentes (71,14%, n = 6.869), verifica-se que ainda existem 2.786 escolas sem UEx, impedindo a implementação do PDDE nessas unidades de ensino. Neste caso, muitas escolas, principalmente as do campo, não possuem UEx, porque são anexos de uma escola polo urbana e devido ao reduzido número de alunos que se encontram em turmas multianos (Oliveira; Silva, 2021).

Quadro 1 - Número de escolas e de Conselhos Escolares existentes e inexistentes na região Norte brasileira, em 2022.

Estado	Número de escolas	Número de conselhos existentes	Número de escolas sem conselhos
Amazonas (AM)	5.078	2.767	2.311
Pará (PA)	9.655	6.869	2.786
Acre (AC)	1.469	944	525
Roraima (RR)	838	407	431
Rondônia (RO)	1.044	909	135
Amapá (AP)	787	557	230
Tocantins (TO)	1.408	1.199	209

Fonte: Dados da pesquisa.

A ausência de UEx, assim como a sua inadimplência junto à Receita Federal, é um dos principais fatores que causam diversos prejuízos à comunidade escolar, haja vista que a escola fica impedida de receber os recursos do PDDE e de suas Ações Integradas. Entre os principais fatores que dão origem a esses problemas nas escolas públicas, cita-se o desconhecimento sobre o funcionamento do PDDE, como os recursos recebidos devem ser utilizados e como fazer a prestação de contas (Torres, 2019).

#### 4. Conclusão

Na Região Norte do Brasil, os recursos repassados do PDDE conseguiram alcançar muitos municípios e suas respectivas escolas, entre 2019 e 2022, sendo o estado do Pará o maior beneficiário do PDDE e de suas Ações Integradas. Desta forma, tais escolas da rede pública de ensino tiveram acesso a recursos financeiros para que, de forma autônoma, pudessem aderir bens e contratar serviços para a melhorar a qualidade do ensino e promover uma gestão democrática. No entanto, ainda existem desafios em relação à inexistência de UEx, como ocorre

com cerca de 29% de escolas paraenses que não possuem Conselho Escolar, assim como a inadimplência desses conselhos, que pode ser causada por falta de prestação de contas ou irregularidades causadas por ausência de ações formativas.

## 5. Referências Bibliográficas

ARANTES, Emerson Clayton. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a perspectiva da redução das desigualdades regionais: uma análise a partir da região Norte do Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Minas Gerais, 2019.

CORDEIRO, Yvens Ely Martins; TAVARES, Francinei Bentes; NASCIMENTO, Afonso Welliton de Sousa. Índice de desempenho da gestão descentralizada do Programa Dinheiro Direto na Escola (IdeGES-PDDE): dados da região Norte no período entre 2018 e 2020. **Caderno Pedagógico**, v. 20, n. 2, p. 965-984, 2023.

DIAS, Jéssica Costa; NASCIMENTO, Afonso Welliton de Sousa; SOUZA, Alexandre Cals. The CECAMPE Norte and its contributions to the consolidation and implementation of the Money Direct at the School Program (PDDE) in the municipality of Acará/PA: perspectives in analysis. **Concilium**, v. 23, n. 6, p. 156-168, 2023.

JANUZZI, Paulo de Martino; FERREIRA, Vicente; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas de educação e o Programa Dinheiro Direto na Escola. In: JANUZZI, Paulo; FERREIRA, Vicente; FERRAREZI, Elisabete. **Avaliação Sistêmica e Multicêntrica do Programa Dinheiro Direto na Escola**. Goiânia: CEGRAF UFG, 2024.

MAFASSIOLI, Andreia. 20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 5, n. 12, p. 1-18, 2015.

OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de; SILVA, Kezya Helga de Souza Rodrigues da. A gestão democrática no município de Bragança/PA e o trabalho do conselho municipal de educação na efetivação da meta 19. **Revista Exitus**, v. 11, p. 01 - 25, e02014, 2021.

SILVA, Ana Beatriz da *et al.* Fatores determinantes nos processos de gestão do PDDE. In: DINIZ, Ana Valéria Soares *et al.* (Org.). **Os novos gerenciamentos de ações para o fortalecimento do Programa Dinheiro Direto na Escola**. Curitiba: Editora CTTA, 2022. p. 31-43.

TORRES, Josenite Francisco de. **Avaliação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua execução na área rural do município de Cavalcante-GO no período 2013-2016**. 2019. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade de Brasília, Cavalcante - GO, 2019.

VASCONCELOS, Alcyone; FRANCK, Luciana Nazaré de Souza. Análise da gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) nos municípios. **Conhecimento & Diversidade**, v. 14, n. 32, p. 48-73, 2022.